

Parlamentaristas decidem procurar Sarney para tentar o entendimento

BRASÍLIA — Reagindo à disposição do Presidente José Sarney de defender o presidencialismo como forma de governo ideal para o Brasil, um grupo de 23 constituintes "parlamentaristas" — cognominado de "Estado-Maior do Parlamentarismo" — reuniu-se ontem na casa do Deputado Cid Carvalho (PMDB-BA) à procura de um caminho que evite o confronto com o Governo. Desde já, foram escolhidos três parlamentares — os Senadores Afonso Arinos (PFL-RJ) e José Richa (PMDB-PR) e Cid Carvalho — para buscar um entendimento com o Presidente, os Ministros militares e outros setores da sociedade.

A formação deste grupo reflete um pouco o clima bastante moderado e cauteloso da reunião: foi incluído José Richa, até então um presidencialista convicto, com bom trânsito entre os militares e que já defendeu seis anos de Governo para Sarney.

Há uma forte inclinação, segundo o líder do PMDB na Câmara, Luís Henrique (SC) para que se aceite a fórmula proposta pelo Senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ) na qual o Presidente não exerce o papel de Chefe do Governo mas atua como árbitro. Nesse sistema, o Presidente tem o poder de nomear o Primeiro-Ministro — com aprovação da Câmara — e de destituí-lo, assim como a todo o Gabinete. Desde quarta-feira o Presidente Sarney tem em mãos esta proposta.

Mas, como lembrou Luís Henrique, o grupo está dividido em duas correntes. A primeira, que acredita minoritária, defende a negociação de todos os pontos: prazo de implanta-



Bernardo Cabral teme que as pressões aumentem

ção e substância do parlamentarismo. A segunda aceita apenas o entendimento em torno das disposições transitórias, que definirão a duração do mandato de Sarney e o processo e prazo da transição do presidencialismo para o parlamentarismo.

O grupo mais ligado ao Senador José Richa admite negociar da seguinte maneira: a descrição do sistema seria mantida conforme o substitutivo, do Relator Bernardo Cabral (PMDB-AM), mas nas disposições transitórias seriam reduzidos os poderes do Primeiro-Ministro, para evitar o enfraquecimento do Presidente José Sarney. Esta é a questão que mais causa polêmicas, dentro e fora

do grupo. Há divergências sobre a data de implantação do novo sistema. As propostas de calendário vão desde a promulgação da Constituição até março de 1990, passando por 15 de novembro de 1989.

Diante desta variedade de opiniões, um dos parlamentaristas históricos, o Deputado Victor Faccioni (PDS-RS) que já defendia o parlamentarismo com Figueiredo — deixou a reunião decidido a encontrar uma fórmula que una o grupo:

— Os presidencialistas sempre se uniram em torno da centralização do poder no Executivo e nós estávamos dispersos entre várias alternativas. Agora vamos nos convencendo de que o mais importante é a mudança de sistema. As pressões cresceram tanto que temos que aplacá-las. Ninguém quer combater o Presidente Sarney, o que se deseja é que se faça a transição com ele.

O Senador Fernando Henrique Cardoso — que vinha alertando para o risco de, caso não se conquiste o parlamentarismo com Sarney, não ser possível implantá-lo tampouco com o seu sucessor — quer que se inclua na Constituição um dispositivo obrigando a manutenção do sistema por um período mínimo. Ele começa a se aproximar de propostas que têm o endosso do Palácio do Planalto, como a do Deputado Prisco Viana (PMDB-BA), amigo pessoal de Sarney.

— A emenda Prisco é um passo no sentido do parlamentarismo. Quem deu um passo pode dar outro. O que não pode é o Governo apresentar uma proposta muito fechada. A única saída será a disputa. E a disputa é sempre ruim neste caso.

A depender das pesquisas que os diversos partidos estão divulgando no Congresso, esta disputa seria mais do que ruim para o Governo. Seria desastrosa. O Líder do PMDB na Câmara, Luís Henrique, consultou um terço da bancada do partido e conferiu mais de dois votos parlamentaristas para cada presidencialista. O Deputado Bonifácio de Andrada (MG), falando pelo seu PDS, disse que de 21 parlamentares ouvidos 18 eram parlamentaristas. O Deputado Joaquim Beviláqua (SP), apresentou os números do PDT na Sistematização: os três votam pelo parlamentarismo. Na bancada o novo sistema ganha de 12 a sete. O PCB e o PCDoB somam mais oito votos aos parlamentaristas.

Grupo de Richa reapresenta seu projeto amanhã

BRASÍLIA — Como a Fênix, ave que renasceu das próprias cinzas, o grupo dos 32, liderado pelo Senador José Richa, vai apresentar amanhã, mais uma vez, suas propostas ao Relator Bernardo Cabral. Este novo esboço de anteprojeto, o "Fênix", incorpora as propostas consensuais obtidas nas negociações entre os 32 e o grupo interpartidário, liderado pelo Deputado Euclides Scalco.

O grupo vai tentar chegar a um acordo interno, hoje pela manhã, a respeito de três temas: sistema de Governo, mandato do atual Governo e reforma agrária. Sobre essas matérias não foi possível chegar-se a um consenso dentro do próprio grupo dos 32 que, em último caso, deixa o sistema de Governo e mandato em aberto e repete a proposta de reforma agrária prevista no artigo 248 do anteprojeto de Cabral.

As informações sobre esse novo trabalho do grupo são do Senador Virgílio Távora (PDS/CE). Segundo ele, as propostas contidas no "Fênix" serão objetos de emendas, em forma de substitutivos a capítulos, títulos ou seções. Távora acha "absolutamente impossível" que o grupo chegue a uma fórmula consensual. E o exemplo das divergências foi por ele apontado em seu gabinete. Naquele momento, o Senador, que é presidencialista, recebia o Deputado Konder Reis, parlamentarista, ambos do grupo dos 32. E arriscou uma previsão:

— É mais fácil conseguir consenso sobre sistema de Governo do que reforma agrária.

Um outro tema que, segundo Virgílio Távora, poderá tumultuar os trabalhos da Sistematização e Plenário é o capítulo sobre sistema tributário. Segundo o Senador, o Relator foi muito pressionado ontem pelas bancadas do Norte e Nordeste. Os Constituintes disseram ao Relator que são maioria, tanto na Sistematização quanto no plenário da Constituinte e que não vão admitir qualquer alteração na atual proposta sobre distribuição de receita. E mais: querem aumentar de dois para três por cento a participação adicional dessas regiões na distribuição do Imposto de Renda e Imposto Sobre Produtos Industrializados.

Relator alerta para os perigos de um confronto

BRASÍLIA — O último a falar na reunião do "Estado Maior do Parlamentarismo", o Relator da Comissão de Sistematização, Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), deu o tom dramático do encontro apontando perigos e pressões — "piores e maiores do que se imagina" — contra a mudança do atual sistema presidencialista de governo. Segundo observação de um dos 23 constituintes presentes, a impressão causada pelo discurso do Relator levou alguns presentes a acreditar que havia um Urutu montando guarda na porta da casa do Deputado Cid Carvalho, local do encontro.

Embora a organização e o comedi-

mento dos presentes não deixasse prever manifestações ao pronunciamento, Cabral contou desde logo com o apoio do Senador Fernando Henrique Cardoso, Líder do PMDB, e um dos que mais apontam para os perigos de se confrontar o Governo e as Forças Armadas com dispositivos de cores parlamentaristas mais claras e urgentes. A cada anúncio das ameaças que podem atropelar a Constituinte, Fernando Henrique concordava com um aceno de cabeça. Num dos seus momentos mais candentes, Cabral disse e Fernando Henrique endossou:

— Ninguém se iluda, pois não vamos conseguir implantar o parla-

mentarismo puro imediatamente. O quadro de pressões é muito pior do que se imagina.

E em seguida arrematou: — É preciso negociar muito.

O Relator procurou repetir sua receita de moderação, lembrando sempre que a adoção do parlamentarismo não será fácil se não for gradual e não for precedida de intensas negociações.

— E preciso fazer uma transição que não agrida o Presidente Sarney — disse, reproduzindo um pouco a idéia de Fernando Henrique, que pouco antes havia reafirmado: — Ou se faz a transição com Sarney ou não se chega ao Parlamentarismo.



Expedito Machado: em segredo

Governo interrompe negociações e encampa emenda de deputado

BRASÍLIA — O Palácio do Planalto abandonou as negociações com os parlamentaristas, em busca de um sistema de Governo misto, e decidiu concentrar esforços na aprovação de uma emenda que prevê o presidencialismo puro com o fortalecimento do Congresso. A emenda é assinada pelo Deputado Theodoro Mendes (PMDB-SP), mas foi elaborada a partir de sugestões de assessores do Planalto, sob a orientação do Líder do Governo, Carlos Sant'Anna.

Theodoro Mendes foi escolhido como primeiro signatário da emenda porque não pertence a nenhum grupo de sustentação do Governo e nem é amigo do Presidente da República. Desta forma, a sua proposta não deveria despertar a reação dos opositores de Sarney. Mas as lideranças ligadas ao Planalto também contarão com outras versões de emendas presidencialistas, para eventuais pedidos de destaque. Uma delas é a de Prisco Viana (PMDB-BA), que estabelece o presidencialismo com algumas regras parlamentaristas.

Os contatos com o Deputado Theodoro Mendes começaram na quarta-feira à noite. Chamado ao gabinete do Líder do Governo, ainda surpreso, ele apresentou um esboço da sua emenda. Deixou claro que admitia algumas alterações, desde que o espírito da proposta não fosse alterado. Mas a mudança foi drástica após dois dias de negociações.

Entre as medidas de fortalecimento do Congresso, Mendes previa a moção de censura a ministros, com a aprovação da maioria absoluta dos congressistas. O Presidente poderia vetá-la, mas o Congresso derrubaria o veto com o quorum qualificado de dois terços. Na versão final, o veto presidencial não pode ser derrubado.

As demais medidas que visam ao fortalecimento do Congresso tam-

mento dos presentes não deixasse prever manifestações ao pronunciamento, Cabral contou desde logo com o apoio do Senador Fernando Henrique Cardoso, Líder do PMDB, e um dos que mais apontam para os perigos de se confrontar o Governo e as Forças Armadas com dispositivos de cores parlamentaristas mais claras e urgentes. A cada anúncio das ameaças que podem atropelar a Constituinte, Fernando Henrique concordava com um aceno de cabeça. Num dos seus momentos mais candentes, Cabral disse e Fernando Henrique endossou:

— Ninguém se iluda, pois não vamos conseguir implantar o parlamentarismo puro imediatamente. O quadro de pressões é muito pior do que se imagina.

E em seguida arrematou: — É preciso negociar muito.

O Relator procurou repetir sua receita de moderação, lembrando sempre que a adoção do parlamentarismo não será fácil se não for gradual e não for precedida de intensas negociações.

— E preciso fazer uma transição que não agrida o Presidente Sarney — disse, reproduzindo um pouco a idéia de Fernando Henrique, que pouco antes havia reafirmado: — Ou se faz a transição com Sarney ou não se chega ao Parlamentarismo.



Prisco, no plenário vazio, tem emenda alternativa

A emenda presidencialista patrocinada pelo Planalto estabelece que o Presidente da República é o Chefe de Estado, Chefe de Governo e Comandante Supremo das Forças Armadas. Não existem as figuras do Primeiro-Ministro, do Conselho de Ministros e nem do Conselho da República.

O Congresso readquire as prerrogativas previstas pela Constituição de 46 e retiradas das Constituições posteriores, o que lhe garante poderes especiais, semelhantes aos do sistema parlamentarista, de acordo com o Líder do Governo. A atribuição que garante maior poder ao Congresso é o voto de censura a ministros, com exceção dos militares e do Chefe da Casa Civil. A censura é aprovada com maioria absoluta, mas pode ser vetada pelo Presidente.

Será criada uma comissão permanente mista no Congresso, encarregada de coordenar a fiscalização da execução financeira, orçamentária e do programa de Governo. Essa comissão também vai coordenar as comissões técnicas da Câmara e do Senado, devendo ser regida pelo Estatuto do Congresso.

Os ministros terão o direito de permanecer nas sessões do Congresso, com direito de participar dos debates, sem a necessidade de convocação. Poderão também comparecer às comissões técnicas.

O Congresso poderá fixar prioridades dentro do orçamento, mas terá que respeitar os totais globais por ministérios. O Conselho de Defesa será mantido, com a participação dos presidentes da Câmara e do Senado e de todos os ministros, mas sem os líderes partidários. Os decretos-les poderão ser emendados ou derrubados pelo Congresso, mas cai o decurso de prazo.

O Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, não queria que a redação da emenda fosse concluída ontem, temendo imperfeições, mas Carlos Sant'Anna fez questão de encerrar o trabalho antes do prazo final, para demonstrar que não há mais interesse na reabertura das negociações. "Não acredito mais em negociações", afirmou.

'Centro' conclui emendas após ouvir Consultor

BRASÍLIA — Silêncio e dissimulação foram as armas utilizadas ontem pelo "Centro Democrático" para concluir a preparação das emendas que apresentará ao substitutivo do Relator Bernardo Cabral. No final da tarde, o líder do grupo, Deputado Expedito Machado, conversou por telefone com o Consultor Jurídico da Presidência da República, Saulo Ramos, e recebeu instruções sobre as emendas relativas ao Poder Judiciário.

— Qual é a palavra? Mas não era isso ontem. Cada dia você muda uma coisa. Está certo, eu vou corrigir — concordou Expedito, anotando a recomendação de Saulo.

Na conversa telefônica, os dois marcaram um jantar para trocarem idéias sobre outros temas, segundo explicou o Deputado. Expedito confirmou também um encontro, na manhã de hoje, com Bernardo Cabral, para conversar sobre as propostas que serão encaminhadas pelo grupo.

Essas propostas, depois de redigidas, passaram ontem mesmo ao gabinete do Deputado Mendes Ribeiro (PMDB-RS), secretário e porta-voz do "Centro Democrático". Responsável pela "organização das propostas", o Deputado Basílio Villaca (PMDB-PR) declarou que elas só poderiam ser divulgadas depois de uma reunião mais ampla do grupo, marcada para hoje, quando haverá uma triagem das emendas de consenso.

Além dos contatos com o Palácio do Planalto, Expedito Machado dedicou o dia de ontem a consultar grande parte dos parlamentares do "Centro" sobre o sistema de governo. Mendes Ribeiro disse que ele fazia uma pesquisa semelhante à do Líder do PMDB na Câmara, Luiz Henrique, perguntando aos deputados se preferiam o parlamentarismo, o presidencialismo ou uma terceira opção. Informou que, assim como na sondagem do Líder, a consulta do "Centro Democrático" apontava vantagem para o parlamentarismo.

Expedito, entretanto, disse ter apenas levantado os votos dos "centristas" na Comissão de Sistematização: 14 a favor do presidencialismo.